

Reeleição e contas externas afetarão economia

Para o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, governo FH ganhará forças para fazer as reformas necessárias à estabilidade se possibilidade de tentar um segundo mandato for aprovada logo

O debate sobre a reeleição e as contas externas devem condicionar a política econômica em 1997 e, possivelmente, no ano que vem, avalia o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo (USP), um dos nomes mais respeitados da nova geração de economistas. Se a reeleição for aprovada em pouco tempo e o presidente Fernando Henrique Cardoso puder candidatar-se, o Executivo ganhará força para conduzir as reformas. Se o Executivo se enfraquecer, as mudanças que devem complementar a estabilização ficarão muito mais difíceis.

Ao insistir no tema da reeleição, porém, o governo fez uma aposta perigosa, diz o economista. Além disso, a discussão do tema, neste momento, mostra que as instituições continuam frágeis e sujeitas a interesses de ocasião.

A inflação deverá continuar em queda e o crescimento da economia provavelmente ficará entre 3% e 4%, estima Giannetti. Para ele, o País ganhará muito se 1997 se transformar num grande ano para as privatizações, incluída a da Companhia Vale do Rio Doce. Eduardo Giannetti da Fonseca falou ao Estado em dezembro, numa entrevista a Rolf Kuntz.

Estado — Como deve ser a agenda econômica do governo para 1997?

Eduardo Giannetti da Fonseca — Vejo dois fatores que vão condicionar muito a política econômica. O primeiro deles, de ordem econômica, está ligado ao desempenho das contas externas e particularmente ao comportamento da balança comercial. O segundo, de natureza política, é ligado ao que ocorrer com a emenda da reeleição. Há duas datas importantes nesse processo: uma em fevereiro, quando muda a presidência da Câmara e do Senado, e outra em outubro, prazo final para estar ou não aprovada a emenda da reeleição, se a mudança for aplicada aos atuais governantes. No pior cenário, o que é uma possibilidade, a reeleição nas contas externas e não aprovação da emenda, eu acredito que o governo será forçado a lançar mão de políticas defensivas para dar sustentação à estabilidade monetária e à própria paridade do real. A defesa do real num cenário negativo — estou pensando no caso pior — vai levar a economia a um crescimento muito baixo e provavelmente a um período recessivo. No melhor cenário, com as contas externas se mantendo em situação de equilíbrio e o governo conseguindo aprovar em tempo hábil a emenda da reeleição, talvez até no primeiro semestre, até mesmo antes de fevereiro, eu acho que o quadro econômico ficará mais tranquilo. Mas mesmo assim teremos um ano de crescimento, eu diria, moderado. A economia não está preparada para um crescimento sustentável e acelerado, na minha visão, nos próximos dois anos.

PLANO REAL HOJE É UMA BANDEIRA DA SOCIEDADE

Estado — "Não deterioração das contas externas" significa manutenção de um déficit facilmente financiável?

Giannetti — Isso inclui o déficit em transações correntes se mantendo numa faixa entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), os investimentos diretos estrangeiros continuando na trajetória de crescimento, a privatização trazendo recursos externos e o País, portanto, sendo percebido como um espaço econômico atraente para recursos estrangeiros.

Estado — Por que o destino da emenda sobre a reeleição será decisivo para a definição da política?

Giannetti — Essa é uma questão delicada e eu acho que o Brasil está diante de um dilema muito difícil. Acho que, se a emenda da reeleição não for aprovada, isso terá duas implicações. Primeira, um enfraquecimento do Executivo Federal, com uma dificuldade muito maior do governo em fazer reformas. Ao entrar com a proposta da reeleição, o governo aumentou a aposta e o que está em jogo é se a segunda metade do mandato será com capacidade executiva reforçada ou se vai

pacto muito grande, a curto prazo, no desempenho das exportações. No primeiro momento, isso deverá elevar a rentabilidade de segmentos do setor exportador e apenas depois, se tudo correr bem, esse aumento de rentabilidade se traduzirá em mais investimentos e em maior presença no mercado mundial. Outra coisa que estava dando certo aliou ao setor exportador e agora não mais, ou pelo menos não tanto, era o diferencial entre o juro interno e o juro externo. Isso compensava parcialmente a sobrevalorização cambial, porque o exportador adiantava o contrato de câmbio, ficava com o recurso aplicado internamente a um juro que trazia uma remuneração muito expressiva e assim conseguia cobrir uma parte da perda cambial. Com a redução da diferença entre os juros, essa compensação diminuiu. No caso do financiamento, os exportadores reclamam da dificuldade prática de conseguir os recursos. Realmente, não tenho capacidade de prever se essa mudança vai ter um impacto mais forte no desempenho do setor exportador. Mas nada até o momento me leva a acreditar que as nossas exportações estejam crescendo com o governo espera para o primeiro semestre. O professor Fernando Homem de Melo, da Faculdade de Economia, que estuda e acompanha muito de perto o setor agrícola, está com previsões bem menos otimistas do que o governo em relação ao setor agrícola e à exportação agrícola.

Estado — No semestre passado, o setor bancário não mostrou um menor interesse em repassar os recursos do BNDES, tanto para exportação quanto para compra de máquinas. Com o último pacote, ficou decidido que o BNDES vai assumir o risco de crédito ou uma parte dele. Supondo-se que isso possa fazer alguma diferença, você imagina que o governo esteja pelo menos descobrindo o caminho?

Giannetti — É difícil dizer. O fato é que há muito tempo as exportações brasileiras crescem a uma taxa bem menor do que a das exportações mundiais. De 1984 a 1995 diminuiu a presença das exportações brasileiras no comércio mundial. Em 1984, nossas exportações representavam 1,4% do total mundial e em 1995 devem ter representado apenas 0,8%. Esse problema não começou com o Plano Real. Recentemente, o setor com maiores dificuldades tem sido o de exportação de manufaturados, que praticamente ficou estagnado no último ano. É aí que a questão cambial parece estar pegando de modo mais intenso. Outro componente dessa história é o custo Brasil. Temos problemas de ordem tributária, financeira, trabalhista e de infraestrutura, que acabam onerando e dificultando o desempenho das empresas brasileiras.

Estado — Parte da solução do chamado custo Brasil depende da privatização dos serviços de infraestrutura, de reformas na área tributária e assim por diante. Portanto, essa questão está vinculada à capacidade do governo de cumprir o seu programa. Qual a possibilidade de avanço nessa área em 1997?

Giannetti — Essa questão de infraestrutura é demorada e avança ainda mais lentamente no Brasil. Na questão dos portos, por exemplo, desde a aprovação da chamada Lei da Modernização, a situação se tornou ainda pior do que já era. Projetos de energia elétrica, e de telecomunicações um pouco menos, são certamente de maturação lenta. Há previsões de racionamento de energia, condicionadas, é evidente, à taxa de crescimento do produto nos próximos anos. Eu não vejo perspectiva de mudança a curto prazo.

Estado — Você espera que, com as medidas tomadas ou anunciadas recentemente, como a criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para exportações de produtos primários e de semi-elaborados, mais financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), etc., a conta de comércio tenda a melhorar neste ano?

Giannetti — O que as análises indicam até o momento é que a mudança do ICMS não vai ter um im-

perceptível impacto no desempenho das exportações. O que vai depender de como o governo vai lidar com a questão cambial. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

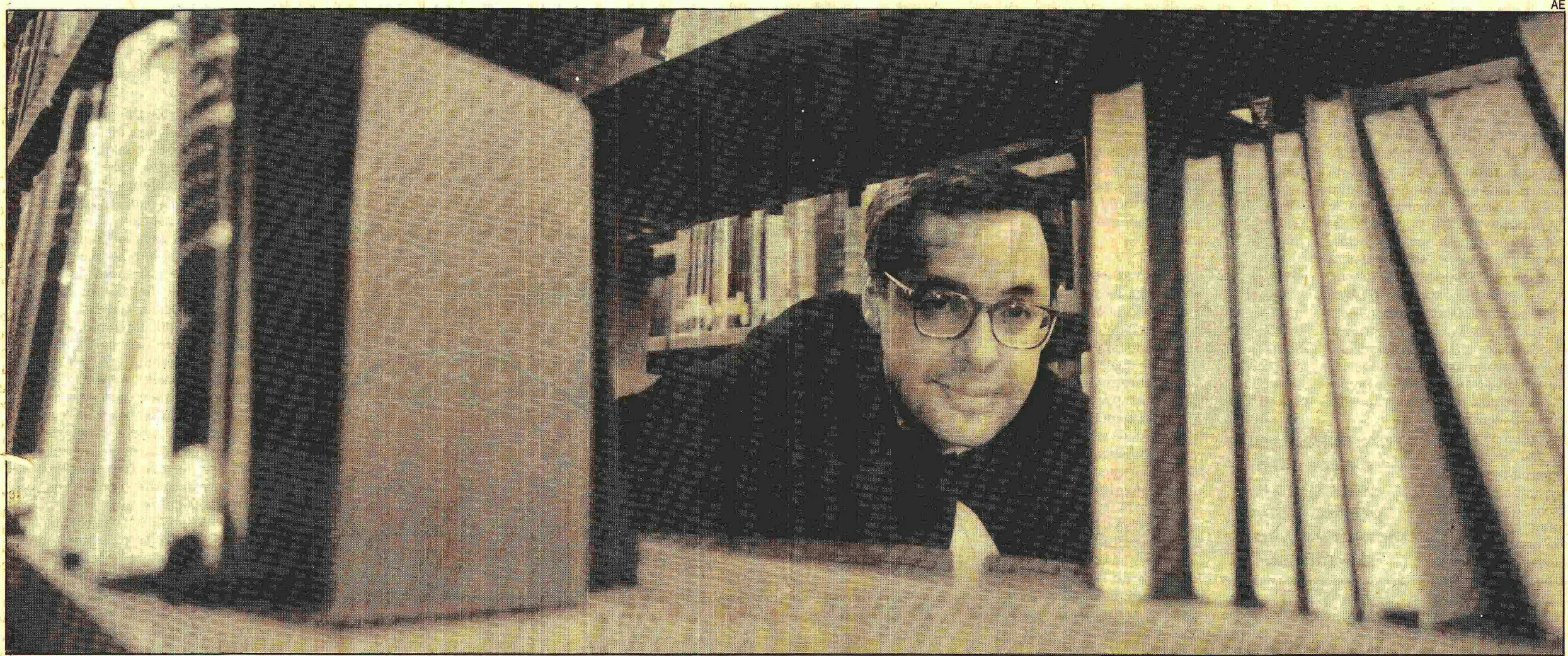
modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a

modernização da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações. Itens passíveis de mudança em prazo mais curto são questões ligadas a tributos e ao mercado de trabalho. Ali eu acho que há espaço para mudanças que não dependem tanto de investimentos de maturação lenta. Muito vai depender de novo da aprovação ou não da emenda da reeleição. Eu acho que a



"1997 tem tudo para ser um ano de deslanche da privatização, incluindo a Vale e energéticas e bancos estaduais. Há uma expectativa de que finalmente o processo de privatização seja acelerado"

nal. Então é mais um sinal da dificuldade, tal como está organizada hoje a estrutura do poder no Brasil, de conduzir em circunstâncias normais o que seria o processo democrático de tomada de decisões.

Estado — Então, esse uso de medidas provisórias, considerado excessivo, não decorre só de uma perversão política do Executivo, mas também de circunstâncias objetivas criadas pelas instituições e da forma de organização do poder?

Giannetti — Eu diria que isso ocorre principalmente em função de um desenho inadequado da Constituição e da realidade da relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Está muito mal resolvida no Brasil a maneira como esses poderes se relacionam e como tudo isso convive com a necessidade de tomar decisões rápidas no caso da política econômica.

Estado — Portanto, as reformas, para ser completas, deverão envolver também uma revisão de aspectos constitucionais básicos, como as relações entre os poderes e também — vamos acrescentar — do chamado pacto federativo?

Giannetti — Podemos ampliar essa agenda largamente, porque ela é muito ampla. Agora, tem de haver uma hierarquização das prioridades e do que é executável até o final deste mandato do governo Fernando Henrique. Evidentemente, é muito mais fácil falar isso em retrospecto, mas o ideal seria ter feito uma ampla reforma, inclusive com a emenda da reeleição, logo no início do mandato. Seria a maneira mais sensata, mais civilizada e racional de fazer isso. Deixar essa questão para a metade do mandato e isolada como uma questão quase de vida ou morte, aumenta muito a incerteza em relação ao futuro econômico do País. O presidente Fernando Henrique está criando uma situação de "ou eu ou o caos". É uma jogada muito arriscada e uma aposta muito alta que ele está fazendo, lançando até a segunda metade do seu mandato nessa aposta.

Estado — Se essa relação "ou eu ou o caos" é percebida como verdadeira, ou como altamente provável, pelos detentores do capital estrangeiro — pelos detentores, portanto, dos recursos que são necessários ao equilíbrio do balanço de pagamentos —, então essa relação se torna verdadeira?

Giannetti — É verdade. Um número que em princípio não seria preocupante, que é um déficit em transações correntes de 3% a 3,5% do PIB, numa situação de incerteza política aguda pode tornar o País extremamente vulnerável. Há países asiáticos com déficits em transações correntes de 5%, 6%, 7% do PIB e ninguém está falando em repetição do caso mexicano, em explosão, em situações críticas, em corrida contra a moeda. São perfeitamente financiáveis, não têm crises iminentes, a situação é em geral muito tranquila. Mas uma crise política, num país com um déficit até menor, pode fazer deteriorar rapidamente as expectativas.

Estado — Em que reformas o governo deveria concentrar a atenção, nos próximos meses?

Giannetti — O ano de 1997 tem tudo para ser um ano de deslanche da privatização, incluindo a Companhia Vale do Rio Doce, as energéticas dos Estados e os bancos estaduais. Há uma expectativa de que

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é de todo o setor público federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se agora uma questão muito espinhosa, que é essa da isonomia em relação àquele aumento de salário concedido aos militares pelo então presidente Itamar Franco. De qualquer forma, a contenção da folha salarial realizada em 1996 não é uma coisa que possa continuar indefinidamente. Em 1997, portanto, deve haver alguma recuperação do salário do funcionalismo público. Então, não vejo muito espaço para as coisas aí mudarem muito. Uma questão de fundo que continua pendente é a da relação entre União, Estados e municípios. Eu acho que a Constituição de 1988 gerou um federalismo truncado no Brasil, com uma falta de simetria entre atribuições e receitas. Os Estados continuam em situação financeira muito precária, alguns deles com folhas salariais que igualam ou até superam a sua receita tributária e não há garantia ainda de que essa renegociação que vem sendo feita entre a União e os Estados vá criar, de fato, uma restrição orçamentária firme para que os Estados façam o ajuste.

Estado — E se a receita obtida com a Vale não for usada para reduzir a dívida pública?

Giannetti — Será muito ruim para o País, porque se perderia uma chance que não volta mais. Seria uma chance irreversível. Só se vende a prata da família uma vez. Se não usar bem a receita da prata da família, a situação se complica e para os credores dessa dívida interna, inclusive, não ficará claro como essa dívida será um dia paga.

Estado — Assim como existe um princípio de isonomia. A cada vez em que um dos poderes consegue elevar salários, os funcionários de qualquer dos outros dois poderes podem reivindicar.

Giannetti — Outro exemplo de amarração e rigidez que torna inviável do ponto de vista econômico a gestão do setor público. Há pérolas realmente inacreditáveis na Constituição brasileira. Uma delas é um item segundo o qual, de todos os recursos investidos em irrigação no Brasil, 50% têm de ser investidos na Região Nordeste. Imagine inscrever numa Carta Constitucional a proporção dos recursos em irrigação que precisam ser dirigidas para uma determinada região do País. É uma receita para desmoralizar completamente a própria Constituição.

Estado — Qual a importância das demais reformas constitucionais, como a administrativa, por exemplo, para a estabilidade?

Giannetti — A longo prazo a reforma administrativa é fundamental. A curto prazo não vai mudar dramaticamente a situação. Mas o Estado brasileiro tem uma enorme rigidez administrativa e isso é aberrante.

Estado — A privatização de algumas empresas pode permitir a rup-

tura, como no caso de energia elétrica, telecomunicações, transportes rodoviários e ferroviários e portos. A Vale do Rio Doce não está num setor que represente gargalo. Mesmo que haja consenso quanto à conveniência de vendê-la, será este o momento mais adequado?

Giannetti — Eu não vejo nenhum motivo para não cumprir o cronograma já definido de privatização da Vale do Rio Doce. Inclusive do ponto de vista externo será muito positivo para o Brasil avançar já, privatizando a Companhia Vale do Rio Doce, atraindo recursos externos nessa privatização e dando um sinal muito claro, muito nítido e muito positivo do compromisso do governo em dar prosseguimento às privatizações. Os argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é o que você mencionou, que está ligado a gargalos de infra-estrutura, ao financiamento de projetos necessários ao desenvolvimento econômico do País. Há dois outros que são igualmente poderosos. Há o argumento da eficiência microeconômica. A experiência e a teoria econômica mostram que os ativos em ambiente competitivo de propriedade privada geram retorno muito mais rápido para as coisas aí do que estabelecido pelo Estado. Um terceiro e muito expressivo dessa mudança. Há também um argumento de finanças públicas, segundo o qual não faz sentido econômico para o governo ter ativos industriais que rendem pouco, quando ao mesmo tempo tem passivos e dívidas que custam tão caro. É um ótimo negócio em termos de finanças públicas vender esses ativos de baixo retorno e amortizar com a receita uma parte equivalente dos passivos que estão custando caro na forma de juros sobre a dívida interna. É uma troca extremamente vantajosa que dá uma melhoria permanente no perfil das finanças públicas.

Estado — O problema nesse caso é a combinação de vários itens. Existe esse teto, mas existe também a estabilidade do funcionalismo, que é garantida pela mesma Constituição, existe também a irreversibilidade salarial, que é garantida pela mesma Constituição.

Giannetti — É uma situação kafkiana de inexistência de liberdade. A Constituição de 1988 faz demandas simultaneamente que não são consistentes entre si.

Estado — Passando ao dia-a-dia: você antevê para 1997 alguma pressão inflacionária importante?

Giannetti — Não vejo nenhuma ameaça, a curto prazo, à trajetória declinante da inflação. O que eu vejo com preocupação é que o crescimento econômico do País possa ser sacrificado para que essa tendência se mantenha ao longo do ano. Mas será um custo inevitável, caso o País, como nós já conversamos, não avance um pouco mais nos fundamentos de uma estabilidade que permita a retomada do crescimento sustentado. A grande controvérsia hoje entre os analistas está muito mais ligada à questão do crescimento do que à questão propriamente da estabilidade.

Estado — A principal restrição a curto prazo é o setor externo?

Giannetti — É o setor externo. A médio e a longo prazo será a questão da poupança agregada, mas isso também estará ligado, em parte, ao

setor externo. Nós temos ainda uma poupança insuficiente para o tipo de crescimento econômico que desejamos. Precisariamos criar mecanismos de poupança de longo prazo no País para termos o crescimento asiático com que o Brasil sonha.

Estado — De qualquer maneira, a taxa de poupança vai depender fundamentalmente do acerto das contas públicas, não é?

Giannetti — Sim. É muito visível esse problema do setor público, que era um grande poupador líquido e financiava grandes pacotes de investimento, com o superávit primário, e se tornou ao longo dos anos 80 cronicamente deficitário e hoje absorve e esteriliza uma parte da poupança do setor privado, transformando-a em gasto corrente. Só a conta dos inativos da União custa hoje ao País US\$ 20 bilhões por ano. É uma quantia muito expressiva que, se estivesse sendo canalizada para investimentos produtivos, teria um efeito de alavancar o crescimento econômico para o País.

Estado — Parece razoável a previsão corrente, de uma inflação próxima de 8%?

Giannetti — O Brasil tem tudo para uma inflação de um dígito em 1997. É ótimo também que já esteja ocorrendo uma convergência entre os índices de preços ao consumidor e os índices de preços ao atacado. Nós tínhamos, no início do Plano Real, um descolamento entre esses dois índices. Outra coisa muito importante que aconteceu em 1996 é que eu espero continue acontecendo em 1997 é que o preço de serviços, que no início do Plano Real estavam correndo à frente dos preços de "tradeables" e até mesmo de tarifas públicas, tenham começado a evoluir mais perto da média da inflação.

Estado — Dá para imaginar um crescimento do Produto Interno Bruto na faixa de 4% a 5%?

Giannetti — Se fossemos projetar o último trimestre, extrapolando-o para o ano, teríamos um crescimento de 6% a 7% do PIB. Obviamente, isso não deve ocorrer. Prevê-se uma certa retração no nível de atividade ao longo do primeiro trimestre e talvez do primeiro semestre. Na minha estimativa, que é mais intuitiva do que econômica, isso deve levar o País a um crescimento entre 3% e 4% no ano. Acho que hoje essa é a taxa não explosiva, a taxa que permite manter as contas externas e o sistema econômico sem ameaçar a estabilização.

A CARTA DE 1988 FAZ DEMANDAS SIMULTÂNEAS QUE NÃO SÃO CONSISTENTES ENTRE SI

Estado — Assim como existe um princípio de isonomia. A cada vez em que um dos poderes consegue elevar salários, os funcionários de qualquer dos outros dois poderes podem reivindicar.

Giannetti — Outro exemplo de amarração e rigidez que torna inviável do ponto de vista econômico a gestão do setor público. Há pérolas realmente inacreditáveis na Constituição brasileira. Uma delas é um item segundo o qual, de todos os recursos investidos em irrigação no Brasil, 50% têm de ser investidos na Região Nordeste. Imagine inscrever numa Carta Constitucional a proporção dos recursos em irrigação que precisam ser dirigidas para uma determinada região do País. É uma receita para desmoralizar completamente a própria Constituição.